
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

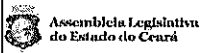
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, nos **Auditórios 2 e 4 – Deputado Almir Pinto e Deputado Abelardo Costa Lima e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (**CCJR**), com a presença dos seguintes deputados(as): Romeu Aldigueri (**presidiu a reunião**), Salmito, Juliocésar Filho, Acrísio Sena, João Jaime, Osmar Baquit e Augusta Brito. Presentes também os deputados Marcos Sobreira, Agenor Neto e Sérgio Aguiar. O presidente destacou a presença da Coordenadora IRIS – Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará, Jessika Moreira, e do Procurador-Geral Executivo Assistente, Rafael Machado Moraes. Constatando número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos e passou à leitura dos itens da pauta na seguinte ordem: **I – Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior**: nada constou; **II – Expediente**: nada constou; **III – Ordem do Dia**: a) **Leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral**: nada constou; b) **Discussão e votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário**: foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Projeto de Lei Complementar n.º 24/2022, oriundo da Mensagem n.º 8.992, de autoria do Poder Executivo – “Altera a Lei Complementar n.º 58, de 31 de março de 2006, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado.” (CCJR, CTASP, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **2. Mensagem n.º 138/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.993, de autoria do Poder Executivo – “Altera a Lei n.º 12.066, de 13 de janeiro de 1993, que aprova a estrutura do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus – MAG, e institui o Sistema de Carreira do Magistério Oficial de 1º e 2º graus do Estado, e a Lei n.º 9.826, de 14 de maio de 1974, que prevê o Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **3. Projeto de Lei n.º 161/2019, de autoria do Deputado Renato Roseno – “Desarquivamento do Projeto de Lei n.º 189/2016 – Dispõe sobre o Sistema de Revista de Visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (CCJR, CDS, CTASP)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer contrário. Retirado de pauta pelo presidente a pedido do autor da matéria; **4. Projeto de Lei n.º 243/2020, de autoria do Deputado Walter Cavalcante – “Dispõe sobre a criação do canal digital que ficará hospedado no site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará denominado ‘a voz da população’, e dá outras providências.” (CCJR, COTES, CTASP, COFT)**. Não houve regime de urgência

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

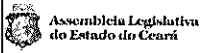
(Ata da 23ª Reunião Ordinária da CCJR)

Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **5. Projeto de Lei n.º 299/2020, de autoria do Deputado Ap. Luiz Henrique e coautoria da Deputada Dra. Silvana** – “Dispõe sobre a proibição da publicidade através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados às crianças no Estado do Ceará.” **(CCJR, CIA, CICTS, CVTDU, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **6. Projeto de Lei n.º 14/2021, de autoria do Deputado Marcos Sobreira** – “Denomina de Raimundo Góis Mendonça a nova areninha a ser construída no Município de Jucás.” **(CCJR)(Matéria correlata com o Projeto de Lei n.º 85/2021, conforme documento anexado pelo Departamento Legislativo)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Retirado de pauta pelo presidente a pedido do autor. **Emenda Modificativa n.º 01/2021, de autoria do Deputado Marcos Sobreira** – “Altera a ementa e modifica o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 14/2021.” Designado relator pelo presidente, o Deputado Osmar Baquit emitiu parecer favorável. Retirada de pauta pelo presidente a pedido do autor. **Projeto de Lei n.º 85/2021, de autoria do Deputado Elmano Freitas** – “Denomina Júnior Carneiro Bandeira a areninha localizada no Distrito de São Pedro do Norte.” **(CCJR)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Retirado de pauta pelo presidente a pedido do autor da matéria. **7. Projeto de Lei n.º 230/2021, de autoria da Deputada Érika Amorim** – “Acrescenta dispositivo à Lei n.º 12.510, de 06.12.95 (D.O.E.15.12.95), que estabelece normas para a concessão de Títulos de Cidadão Cearense para incluir vedação do título à pessoa condenada por crime de direitos humanos.” **(CCJR, CDHC, CTASP)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Julicésar Filho, emitiu parecer favorável com modificação. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **8. Projeto de Lei n.º 526/2021, de autoria do Deputado Ap. Luiz Henrique** – “Assegura às pessoas com sequelas graves advindas de queimaduras os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiência no âmbito do Estado do Ceará.” **(CCJR, CDHC, CTASP, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Julicésar Filho, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **9. Projeto de Lei n.º 03/2022, de autoria do Deputado Walter Cavalcante** – “Considera de utilidade pública o Projeto Viver Criança, com sede no Município de Caucaia, no Estado do Ceará.” **(CCJR)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020


(Ata da 23ª Reunião Ordinária da CCJR)

favorável. A relatora, Deputada Fernanda Pessoa, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado; **10. Projeto de Lei n.º 26/2022, de autoria do Deputado Walter Cavalcante** – “Acrescenta o inciso IV ao § 1º do art. 9-B, bem como, acrescenta o § 3º e incisos I, II, III e IV e § 4º e incisos I e II ao artigo 9-B, da Lei n.º 12.670.” (CCJR, CICTS, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **11. Projeto de Lei n.º 50/2022, de autoria do Deputado Audic Mota** – “Dispõe sobre a Criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **12. Projeto de Lei n.º 138/2022, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Cria o Sistema de Cota Racial em Instituições Privadas no Estado do Ceará.” (CCJR, CDHC, CICTS). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **13. Projeto de Lei n.º 217/2022, de autoria do Deputado Silvio Nascimento** – “Institui o evento religioso festejo de Santo Antônio realizado no Município de Caucaia/CE no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará, na forma que indica.” (CCJR, CCE, CTASP). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com supressão. O relator, Deputado Leonardo Araújo, emitiu parecer favorável com supressão. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **14. Projeto de Resolução n.º 06/2021, de autoria dos deputados Renato Roseno e Augusta Brito** – “Institui a paridade de gênero na composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Tony Brito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **15. Projeto de Indicação n.º 94/2022, de autoria do Deputado Nelinho** – “Dispõe sobre a criação da Casa da Mulher Cearense no Município de Caucaia, e dá outras providências.” (CCJR, CDHC, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **16. Projeto de Indicação n.º 109/2022, de autoria da Deputada Fernanda Pessoa** – “Dispõe sobre a criação do Programa Corujão da Saúde no Estado do Ceará.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Osmar Baquit, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

(Ata da 23ª Reunião Ordinária da CCJR)

relator foi aprovado; **17. Projeto de Indicação n.º 114/2022, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Dispõe acerca da instalação de um Campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Município de Carnaubal/CE.” (CCJR, CCTES, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **18. Projeto de Indicação n.º 140/2022, de autoria do Deputado Audic Mota** – “Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos vigilantes integrantes de empresas de segurança privada constituídas nos termos da Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Salmito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **19. Projeto de Indicação n.º 169/2022, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Recomenda a isenção de incidência de ICMS, no Estado do Ceará, sobre a operação de aquisição de mercadoria usada de não contribuinte.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **20. Projeto de Indicação n.º 170/2022, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri** – “Indica diretrizes de incentivo ao turismo através da instalação de placas de sinalização vertical nas rodovias de acesso aos municípios, sobre suas potencialidades econômicas ou suas respectivas raízes históricas, culturais e belezas naturais/ecológicas.” (CCJR, CVTDU, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **21. Projeto de Indicação n.º 188/2022, de autoria da Deputada Augusta Brito** – “Institui a isenção de taxas para retificação de nomes civis e gênero de pessoas transgênero, travestis, intersexuais ou não-binárias.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **22. Projeto de Indicação n.º 207/2022, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Institui o Programa Mais Segurança Ceará em todo o âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CDS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com ressalva. O relator, Deputado Leonardo Araújo, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **23. Projeto de Indicação n.º 210/2022, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental no Estado do Ceará a capacitar no mínimo 10% do seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros.” (CCJR, CE,


 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

(Ata da 23ª Reunião Ordinária da CCJR)

CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. **Após a votação, o presidente solicitou aos membros da Comissão a inclusão de projetos na pauta. Com a concordância de todos, passou à apreciação, discussão e votação das seguintes matérias e os respectivos pareceres:** **24. Proposta de Emenda Constitucional n.º 05/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.995, de autoria do Poder Executivo** – “Altera os arts. 19 e 49 da Constituição do Estado do Ceará.” **(CCJR).** Regime de urgência aprovado em 29/11/2022. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **25. Proposta de Emenda Constitucional n.º 06/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.996, de autoria do Poder Executivo** – “Autoriza a prorrogação excepcional, no âmbito da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, de contratações temporárias celebradas nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.” **(CCJR).** Regime de urgência aprovado em 29/11/2022. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **26. Mensagem n.º 139/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.994, de autoria do Poder Executivo** – “Institui a política estadual de linguagem simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará.” **(CCJR, CTASP, COFT).** Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **27. Projeto de Lei n.º 365/2022, de autoria do Deputado José Albuquerque** – “Altera a Lei n.º 16.847, de 6 de março de 2019, e dá outras providências.” **(CCJR, CVTDU, CTASP).** Não houve regime de urgência. Vista concedida ao Deputado Juliocésar Filho em 22/11/2022. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado João Jaime, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente da reunião, Deputado Romeu Aldigueri _____, e pelos demais deputados presentes.

Deputado Salmito _____

Deputado Juliocésar Filho _____

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Ata da 23ª Reunião Ordinária da CCJR

Deputado Acrísio Sena _____

Deputado João Jaime _____

Deputado Osmar Baquit _____

Deputada Augusta Brito _____

